



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

DATA: 26 DE OUTUBRO DE 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Boa noite a todos, boa noite TV Câmara. Sob a cominação do nosso Presidente Antonio Carlos Rodrigues, eu sou o Vice-Presidente da Comissão de Finanças, os Srs. Vereadores Donato, Milton Leite, Atilio Francisco, Roberto Tripoli, Aníbal de Freitas, Ricardo Teixeira e Celso Jatene.

Com algum atraso, declaro abertos os trabalhos da 30ª audiência pública que a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo realiza no ano de 2011, sendo a quarta audiência pública regional do calendário elaborado para discutir o PL 479/2011, de autoria do Executivo, que estima receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2012.

Foi convidado para essa audiência o Subprefeito da região central. Informo que esta reunião também está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.br, *link* Auditórios On-Line

As inscrições para pronunciamento estão abertas junto à Secretaria da Comissão.

Bem, para simplificar, nós já temos aqui até alguns inscritos para esta audiência pública. Esta audiência pública convocada pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo. Não é uma audiência convocada ou programada, como é que eu diria, pelo Município, pelo Executivo.

Está aqui o Claudio Prado, nosso companheiro Vereador e eu estou propondo, Claudio, o seguinte: o Subprefeito faz uma explanação, pode ser? Todo mundo fala assim: "Não, vamos fazer a explanação da Comissão de Finanças, mas o Orçamento não é da Finanças da Câmara, é da Subprefeitura, é do Prefeito, é do Executivo. O Subprefeito faz uma explanação, depois a gente abre para os presentes discutirem o Orçamento.

Só para registrar, já estão inscritos o Francisco de Oliveira, o Henrique de Castro, a Dora Lima.

Nevoral Alves Bucheroni, Subprefeito da Sé.

Vamos abrir com o Subprefeito fazendo a exposição, depois abrimos para todo mundo, combinado? Está bem? Depois, eu e o Claudio, se quisermos, obviamente, poderemos fazer considerações. Mas a ideia da audiência pública é dar publicidade à ideia do Orçamento Municipal. Quantas mais pudermos fazer, ótimo, mais esclarecimentos. Temos até o final do ano para aprovar ou não o Orçamento Municipal, mas a nossa ideia é que todo cidadão e cidadã possam conhecer e dar opinião, elaborar, apresentar propostas, mudar ou não. Afinal de contas, é a Câmara que vai definir, mas é importante saber a opinião do cidadão.

Passo a palavra ao Nevoral Alves Bucheroni, Subprefeito da Sé.

O SR. NEVORAL ALVES BUCHERONI – Boa noite a todos.

Quero cumprimentar o Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, o Vereador Francisco Chagas e o Vereador Claudio Prado, nosso convidado aqui da audiência. Na realidade, Vereador, posso falar um pouco sobre o Orçamento da Sé. Sobre o Orçamento da Prefeitura em geral não tenho condições de falar muito.

Quanto ao da Sé, temos uma proposta orçamentária que foi encaminhada para a Câmara Municipal, no valor de 50 milhões de reais, distribuídos pela administração de Conselhos Tutelares, conservação de imóveis próprios e locados, administração da Subprefeitura e o grosso do nosso Orçamento é na zeladoria da cidade, onde entendemos que podemos fazer um trabalho para melhorar a qualidade de vida da nossa população, porque, quanto às obras de infraestrutura e às obras de investimento em geral, ficamos sujeitos a outras Secretarias.

Então, na realidade, temos um Orçamento que até eu estava falando para a TV Câmara São Paulo agora e perguntaram se esse Orçamento é suficiente. Ele é suficiente, porém temos ainda, na Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, outro Orçamento que fica à disposição do Sr. Secretário, que o vai liberando de acordo com as necessidades das Subprefeituras

Então, esse Orçamento que recebemos da Subprefeitura não é o Orçamento final

que temos de trabalhar o ano inteiro. Se tivermos alguma necessidade extra, algum problema ou então algum projeto – como tivemos este ano o Projeto Florir, que foi trazido pelo Sr. Presidente para podermos fazer a revitalização de praças e trazer zeladores de praças -, para esses projetos recebemos uma dotação orçamentária extra, um reforço de dotação orçamentária, um crédito suplementar, como chamamos, para poder tratar desses assuntos.

Então, na realidade, o que recebemos durante o ano é um Orçamento para tocarmos o nosso dia a dia, com bastante tranquilidade, tapando buracos, cortando árvores, limpando. A Prefeitura, agora, está fazendo uma licitação nova de limpeza da cidade, uma nova licitação que deve trazer um ganho muito grande para todos nós, inclusive com a participação da comunidade na área de fiscalização. A comunidade vai fiscalizar por meio da internet, vai comunicar à Prefeitura. A licitação do lixo prevê a limpeza de meio-fio, boca de lobo, calçado e aí por diante.

Assim, quando se fala que a Subprefeitura recebeu “X” milhões não significa que este é um valor que vou ter para administrar a Subprefeitura do dia 1º de janeiro até o dia 31 de dezembro. Todo o que fato necessário a mais, dependendo do que acontecer, teremos o subsídio da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras. Então, acredito que esta audiência possa trazer bastantes sugestões, anseios, demandas da comunidade e que os Srs. Vereadores levarão à Câmara, à Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara, para que possam avaliar e ver a necessidade de algum tipo de suplementação no Orçamento da Subprefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado, Subprefeito.

Já temos, como havia anunciado, várias pessoas inscritas e temos uma combinação em todas as audiências públicas da Câmara que todo mundo que estiver presente pode fazer uso da palavra por três minutos.

Então, vou passar a palavra ao Francisco de Oliveira.

O SR. FRANCISCO DE OLIVEIRA – Senhores, muito boa noite.

Meu nome é Francisco. Sou aluno do décimo semestre desta casa aqui.

O que vejo nessa suposta aprovação desse Orçamento é que está correto, esse Orçamento deve ser aprovado. A questão é como se distribui esse Orçamento para cada uma das áreas.

Sou um defensor da Educação e, por isso acho que a Educação deve levar um direcionamento maior de verbas, o que ocorre neste projeto. No entanto, acho que o valor direcionado à Educação ainda é um valor pequeno, diante do tamanho da deficiência educacional do nosso Município, do nosso Estado e até do nosso País. Então, nessa questão, faço uma pergunta aos senhores: “Qual é a perspectiva de evolução da Educação daqui por diante?”.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado, Francisco.

Passo a palavra agora ao Henrique Castro, do Gabinete do Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. HENRIQUE CASTRO - Muito boa noite a Todos.

Além de representar o Gabinete do Vereador Eliseu Gabriel, sou morador da Bela Vista, aqui da região central e também do Conselho do Meio Ambiente da Subprefeitura da Sé. É como Conselheiro do meio ambiente que trago as demandas.

Ouvindo, então, a população, gostaria de dar como sugestão e que ficasse registrado nesta audiência pública para a região central.

Entre elas, temos a questão da modernização da iluminação pública, principalmente nas ruas com maior índice de criminalidade - muitas ruas. Por isso, já estamos, nos Consegs, percebendo que há reclamações de ruas que têm iluminação muito ruim e como tem sido executada a troca lâmpada de LED ou vapor de sódio, se não me engano, tem melhorado a iluminação e isso é, com certeza, um fator que ajuda bastante na segurança.

Outra demanda que chegou a nós também e que julgo interessante foi...(ininteligível)... a questão sobre, pelo menos em projeto, pesquisar a instalação de um CEU na região central. É um dos únicos lugares da Cidade que ainda não conta com esse

equipamento público, entre outros.

A questão de um aumento de oferta de Habitação de Interesse Social na Cidade, ...(ininteligível)... principalmente para as pessoas aqui que moram em cortiços. É uma ...(ininteligível)... interessante que recebemos uma destinação de um recurso específico da saúde para atendimento de dependentes químicos da Cracolândia, referente então aqui à região central.

Outro item que tem sido debitado na Ação Local do Centro é a questão da prevenção das enchentes do bairro do Anhangabaú, que todo ano temos visto que o problema se repete e a solução não me parece chegar tão cedo. Então, não somente essa destinação de verbas para os projetos e também para a execução dessas ações preventivas para evitar essas enchentes.

E, finalmente, uma questão que trago do Gabinete, uma lei que já foi aprovada, a Lei 14.492/2007, que estabelece a Lei da Área Escolar de Segurança - e que regulamenta as placas para delimitar essas áreas escolares de segurança.

Pediria, então, que, no Orçamento, fosse incluída essa questão da Coordenação das Subprefeituras, que ficou por essas placas, de, pelo menos, no que compete à Prefeitura, que são as escolas principais e creches, principalmente, a instalação dessas placas, então, nesse raio de cem metros do portão da escola, que é o que reza essa lei já aprovada há quatro anos.

Essas são as minhas contribuições.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado, Francisco.

Passo a palavra agora a Vera Lima, Agenda 21 do Centro.

A SRA. DORA LIMA – Boa noite a todos.

Parabéns pela audiência, mas fico muito preocupada com elas, porque, por exemplo, houve audiência do Executivo na Subprefeitura Sé, fizemos algumas propostas e não

vi contempladas nesse Orçamento. Então, me pergunto: “E o nosso desejo, a participação popular? Eu moro na Bela Vista, então sei qual a prioridade da Bela Vista”.

E a Agenda 21 não é para apontar. O nosso Subprefeito já sabe, é para nos s500 e melhorarmos a região onde moramos; é nos sentarmos com empresários locais, com o Poder Público local e ele é o nosso Executivo. Mas fica muito difícil, primeiro, porque, quanto ao o nosso Subprefeito, podemos tê-lo hoje e amanhã ele pode não estar aqui, como eu acompanho a Subprefeitura da Sé. Quando começamos a fazer um projeto, aí há a troca de Subprefeito.

Então, quero registrar que para trabalharmos o Orçamento, tem de haver um planejamento local, que é por meio da eleição do nosso Subprefeito, que estamos pensando numa emenda na Lei Orgânica, que é possível. E o Conselho de Representantes, que está parado e a lei da Subprefeitura que, quando estava descentralizada e começou a centralizar tudo novamente. Então, deveria ter, agora, de fato, no Orçamento.

Assim, deixo registrado e a comunidade da Prefeitura da Sé, a Agenda 21, vai cobrar e acompanhar, mas cobrar no sentido de melhorar a qualidade de vida aqui no Centro.

Gostaria muito de registrar que o Executivo, o nosso Subprefeito, pudesse detalhar para a comunidade onde e quais os distritos em que serão destacados esses itens aqui, como que vai ser feito e onde vai ser feito e a quantidade.

E mais uma coisinha rapidinho: temos, na Subprefeitura da Sé, uma série de coisas no Plano de Metas, os ecopontos, a coleta seletiva, as centrais de triagem, o dinheiro do PAC poderá retornar - não sei como está - para a inclusão social.

E, por último, quero registrar aqui para sabermos a competência da Subprefeitura. É uma zeladoria, sim. Então, se quero trabalhar a população de rua, vou propor na Secretaria de Assistência Social. Por isso que as audiências temáticas serão muito importantes, porque aqui não vamos trabalhar com a população de rua, não vamos trabalhar a educação, não vamos trabalhar a saúde. Aqui é uma zeladoria.

Portanto, convido todos a que fiquem de olho nas audiências temáticas para que

façamos propostas.

Por último, quero convidar muito o Legislativo. No ano que vem, teremos eleição e o papel do Legislativo, se não estou enganada, é fiscalizar o Executivo e o Plano de Metas não está sendo cumprido. Só 30% do Plano de Metas. E o Legislativo - 55 Vereadores - que colocamos na Câmara para nos representar? Para a D. Maria, lá na Cidade Tiradentes, fica difícil acompanhar tudo. Por isso que ela colocou um Vereador lá para representar a gente.

Dessa forma, deixo aqui registrado que os Vereadores - já que a audiência é realmente da Câmara - acompanhem esse Orçamento e que, das 1.300 emendas que foram feitas no Orçamento, só oito foram cumpridas. Assim, faço uma emenda e meu Vereador deve acompanhar essa emenda e levar para a comunidade o que ele prometeu. De 1.300 emendas, oito foram cumpridas e estamos chegando no final do ano.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Muito bem. Obrigado.

Vou passar agora para o Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - Boa noite a todos.

Saúdo a Mesa, nas pessoas do Vereador Francisco Chagas, Presidente da sessão e Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, e do Vereador Claudio Prado; do Subprefeito da Sé, Coronel Nevoral; do representante da Guarda Civil Metropolitana; da Assessoria da Câmara Municipal de São Paulo; Conselheiros e população aqui presente.

Saúdo também, que não foram citados: quais são os outros distritos daqui da região da Sé? Vamos lembrar. Será que estão aí, pelo menos, um representante de cada um deles? Bela Vista, Bom Retiro, Consolação, República e Sé, Santa Cecília, Liberdade e Cambuci. São esses os oito distritos da região da Sé, como a Dara tão bem falou, um representante de cada um desses distritos. É lamentável.

O Vereador Chagas lembrou muito bem que até 2004 quando o senhor foi (ininteligível) participativo, havia uma reunião por distrito. Até mais de uma por distrito. Então, tinha uma reunião na República, outra na Liberdade, no Bom Retiro, enfim, o pessoal tem de

participar na sua região, no seu bairro. Não podem ser prejudicados, como foram os moradores de Pirituba e Perus, e pedimos ajuda dos Vereadores presentes, amanhã a reunião da Norte será no Jaçanã e, ontem, a reunião da Oeste, em Pinheiros. O pessoal de Pirituba e Perus vai aonde? Vai a Pinheiros ou vai a Jaçanã? Essa é uma pergunta difícil de ser respondida e perguntaram ontem na audiência pública.

Ontem estavam presentes o Vereador Milton Leite e o Vereador Donato, na verdade, parece que há uma divisão muito equivocada. No ano passado foi (ininteligível) no São Miguel, no passado foi Lapa e este ano foi Pinheiros, só trocam o bairro, não fazem mais audiências. Isso é complicado.

Meu nome é Fábio. Não moro no Centro, mas trabalho aqui. Portanto, estou contente em discutir o Orçamento na região da Sé.

Pergunto ao Subprefeito Coronel Nevoral. Consta uma dotação comentada “manutenção de piscinões e outros sistemas de drenagem”, 180 mil reais para 2012. Consultando o Orçamento de 2011, nota-se que nenhum centavo foi utilizado dessa verba na Subprefeitura da Sé e para nenhum dos outros distritos. Qual a explicação? Por que essa dotação está zerada até o dia 30 de setembro? Não é uma verba da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, é uma verba da Subprefeitura da Sé, dotação 49, então queremos saber o que está acontecendo com os piscinões da região.

Outra questão diz respeito à habitação no Centro que está caótica. Há anos não é utilizada a verba nem para os cortiços e nem do Projeto BID em ações de habitação na região Central. As dotações estão zeradas há pelo menos três anos e nada acontece. Ou seja, o dinheiro do BID não é utilizado, a (ininteligível) não usa a verba para o Centro, não cumpre a Agenda 2012, o Plano Plurianual, e fica por isso mesmo.

Infelizmente, na região da Liberdade e da Bela Vista têm muitos cortiços e, pelo visto, terá daqui a 100 anos porque a Secretaria de Gestão Serra/Kassab não vai acontecer nada, não terá investimento e as coisas tendem a piorar bastante.

Houve uma plenária, no Colégio São Bento, de habitação e até hoje não houve resposta. Eu fiz 35 propostas ligando Butantã, Lapa, Pinheiros e Sé.

No Centro é a grande proposta porque o problema da habitação no Centro é muito grave e a Secretaria da Habitação, pelo visto, não quer, está totalmente indiferente a isso.

Sobre a Saúde não ousarei falar porque o caos é bem grande. Na UBS em Santa Cecília não tem médico; UBS Cambuci, os conselheiros e os moradores estão aqui e falarão muito melhor do que eu.

Ficam as minhas perguntas e a minha homenagem à região da Sé e que esses outros distritos sejam mais bem tratados daqui para frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado, Fábio. O Fábio é um grande militante do Orçamento Participativo e merece o nosso respeito. Obrigado pela sua presença. Você está em quase todas, ou em todas, as audiências públicas que fazemos.

Tem a palavra o Sr. André Luzzi de Campos.

O SR. ANDRÉ LUZZI DE CAMPOS – Sou André Luzzi, da Ação da Cidadania. Boa noite a todos. Em primeiro lugar, quero registrar uma frase do Betinho, um dos maiores articuladores da Ação da Cidadania, que mostrava o quanto o Orçamento e as peças orçamentárias se fazem como um jogo perverso para as pessoas não conhecerem e não saberem como funcionam.

A audiência pública deveria ser esse espaço de esclarecimento e acompanhamento. Mais do que apontar o que deveria ser, o que foi feito e a partir daí conseguirmos trilhar um caminho na melhor aplicação do recurso público. Bem sabemos que na cidade de São Paulo não falta dinheiro. É o bom uso desse dinheiro que dá a tônica de uma cidade pujante, crescente.

Reiteramos a necessidade de audiências públicas temáticas para vermos onde estão os recursos que se extraem as diferentes rubricas orçamentárias. Segurança alimentar e

nutricional, por exemplo, que é o carro chefe e atuação maior da Ação da Cidadania, Combate à Fome e à Miséria. De que maneira esse tema está contemplado nos atos das subprefeituras e também na região do Centro?

Nas rubricas da Subprefeitura da Sé, uma dúvida, aqui as rubricas refletem a opção e a escolha política deste governo, não podemos esquecer isso. Hoje, fala-se em zeladoria para não dar o nome de administrações regionais. Fala-se em zeladoria, condomínio, é um jeito de se mitigar o que, antigamente, chamava administração regional. Não sou eu quem está falando, são as rubricas que foram escolhidas pelos senhores, técnicos do Executivo. Todas as rubricas falam de obras e serviços: Administração, locação, conservação, limpeza, manutenção. Está aqui, obras e serviços, exclusivamente.

50% desse recurso são para administração da Subprefeitura, quer dizer, 50 milhões são para a administração da Subprefeitura. Então, aplicar na Cidade, no Centro, é só metade do que está previsto aqui. Portanto, como modernizar, dinamizar, racionalizar o uso do recurso público para diminuir esse recurso de 25 milhões da administração das Subprefeituras? Sabemos que a folha de pessoal é grande, mas como dotar a ação finalística e garantir também as ações não só de administração, mas também ações descentralizadas que é o nosso grande anseio previsto na lei de descentralização da Cidade?

Para pensar a Cidade e o Centro de São Paulo já fizemos uma série de perguntas à população. Novamente, a Câmara fez isso, mas desprezou muitos documentos já emanados das conferências municipais, o que dá a sensação de criacionismo na Cidade, sendo que as conferências já emanam essas deliberações.

Portanto, apontarei três pontos emanados nas conferências. Um deles tramita no Conselho Municipal de Segurança Alimentar, vinculado à Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, a criação de um Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional no Centro da Cidade. Já tivemos experiências exitosas em outros Estados e no Município de São Paulo, uma delas no Butantã. Pleiteamos na região Sé de um Centro de Referência de

Segurança Alimentar que convergiria uma série de serviços voltados à promoção de hábitos alimentares saudáveis e combate à fome e à miséria.

Depois, já emanado em conferências, inclusive é lei no Município de São Paulo, mas não aplicada na Subprefeitura da Sé, a feira de economia solidária e popular. Existe uma previsão na lei da criação, nas 31 Subprefeituras, as feiras de economia solidária, mas na Subprefeitura da Sé não é possível fazer a comercialização de produtos de economia solidária por resolução da Subprefeitura. Então, contrapõe, inclusive, ordenamentos jurídicos. Mas não vemos, no Orçamento, qual o recurso que tem para as feiras de economia solidária.

Por último, reforço o pleito de grande parte da população sobre o incentivo à educação. A criação, na Subprefeitura da Sé, de um Centro de Formação Profissional e Promoção da Cidadania para poder atender à população em situação de rua, mães, moradores em situação de cortiços, principalmente, àqueles que são atendidos por programas sociais da Prefeitura e, de fato, conseguirmos reverter a situação.

Muitas pessoas falam que a educação é a chave para combater a miséria, mas, infelizmente, não temos um equipamento de profissionalização da Prefeitura no centro de São Paulo. O São Vito foi dado para o Senac e o Sesc utilizarem aquele terreno e, infelizmente, não é a Subprefeitura da Sé que está fazendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Vou passar a palavra ao Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Laerte Brasil, Coordenador de Projetos Especiais da Associação Cultural dos Moradores e Comerciantes do Centro e também Presidente da Federação das Políticas Públicas Sociais, Ambientais e Culturais dos moradores (ininteligível).

Logo quando o Prefeito Kassab tomou posse, entramos com um projeto pedindo a recuperação das calçadas da Cidade, porque as ruas centrais Avenida Paulista, Rua da Consolação, Avenida Brigadeiro Luiz Antônio e mais ruas do centro e da região Sul. E nada foi

feito até agora.

Para se andar nas calçadas da Cidade é preciso ser um superatleta. Elas causam danos a várias pessoas.

Primeiro, quero fazer uma pergunta ao nosso Administrador: nesse orçamento de 50 milhões se inclui a reforma das calçadas, como política pública de Estado?

Segundo: com o Projeto Nova Luz, a Prefeitura prevê retirar quase 16 mil moradores, famílias da região central. A nossa proposta é a construção de prédios habitacionais para essas famílias, e, caso sejam retiradas, que tenham direito a uma bolsa-aluguel de um salário e meio, porque 300 reais não dão para uma família alugar um imóvel.

Então, quero saber, pelo menos, se tem algum projeto prevendo isso.

A terceira, seria a para os comerciantes de Santa Efigênia com 10 anos e a construção de um shopping aqui, de um novo hospital modelo para atender aos moradores da região.

Temos muitos assuntos para pautar, inclusive, a segurança – o senhor é da Polícia – da região central, que está um caos.

As pessoas da terceira idade são trabalhadores que se levantam às 4 horas da manhã; depois, 10 horas da manhã são assaltados. Queria saber o vão fazer para melhorar a segurança do povo.

A quarta seria a construção de 45 banheiros públicos. Teremos a abertura da Copa do Mundo, mas não temos banheiros públicos no centro da Cidade.

Era o que tinha para contribuir.

Obrigado pela palavra.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Obrigado, Laerte.

O último inscrito, antes de devolver a palavra para a Mesa, é o meu chara: Francisco das Chagas Machado.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS MACHADO – Boa noite, componentes da

Mesa, demais participantes.

Moro no centro desta Cidade há 38 anos. Conheço todas as demandas do centro, todos os problemas. Um dia, fui convidado para uma reunião. Procurei saber sobre o que era, e me disseram que era uma reunião da comunidade. Assim, continuei sem saber. Quando cheguei lá, fiquei sabendo que o objetivo da reunião era para tirar um candidato para um Conselho de Saúde. Tudo bem. Mas, para minha surpresa, eles acabaram dizendo que o candidato seria eu. Eu disse: “não tenho condições, não tenho jeito”. Mas um disse que ajudava, o outro também e tal. Acabei me tornando candidato.

No dia das eleições, tive 59% dos votos válidos. A soma de todos os candidatos deu 48%. Já estou há 3 anos e meio no Conselho. Estou muito entristecido, porque trabalhei muito, nunca faltei numa reunião, fiscalizei, reclamei, fiz muitas coisas.

Mas sentimos vergonha de ver, na reunião do Conselho, pessoas que vêm para tumultuar, para fazer agressões pessoais, fraudes, coisas assim tão baixas, que, nem num jogo de futebol são aceitas.

Agora mesmo sofri agressões pessoais, sem mexer com ninguém, sem falar com ninguém. As pessoas falavam de mim: “Olha lá um idiota”. Não sei exatamente o que querem dizer com idiota. Mas isso só acabou quando registrei queixa na Delegacia de Polícia, porque isso é grave. Quando estamos trabalhando, durante as nossas atividades, sofrer agressão acaba afetando a imagem do Conselho. Então, estou desanimado com uma situação dessas.

Os Conselhos populares são instrumentos para a população. Não serve para atender a vontade de ninguém, não é para se fazer disputa do poder (ininteligível).

Vou sair do Conselho no ano que vem e vou continuar minha caminhada, apoiando-o, na luta de interesse do povo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado, Francisco das Chagas Machado.

Encerradas as inscrições, devolvo a palavra à Mesa. Tem a palavra o Vereador Claudio Prado, e, depois, o Subprefeito.

O SR. CLAUDIO PRADO – Quero cumprimentar ao Vereador Francisco Chagas, que tem um chara, além de crítico, debatedor e respeitável na região.

Não fui na de ontem, mas compareci às audiências da zona Leste e da zona Sul, e vim aqui no centro, por uma questão interessante: nós não precisamos esclarecer para a população que tentamos fazer – sou o 2º Vice-Presidente da Mesa Diretora -, divulgamos pela televisão uma propaganda incentivando a participação da população nas audiências públicas; publicamos em jornais de grande tiragem, tentando incentivar este debate. Este debate é importante para a comunidade. É fundamental, porque a população tem a certeza de sua reivindicação em cada região.

Quero dizer que o Coronel Buquerone não tem culpa de várias situações que ocorrem. O que foi destinado às Subprefeituras, em média, é 19% a menos do que foi destinado no orçamento anterior. E, isso é o de menos, o companheiro falou muito bem, porque só com a estrutura da Subprefeitura vai mais de 50%.

Fui Subprefeito numa época em que discutimos o Plano Diretor, tanto estratégico quanto regional. Fizemos audiências de bairro a bairro. Chegamos a fazer audiências para o Plano Regional por quarteirão, porque queríamos ouvir e saber, exatamente, o que a população pensa. Esse foi o nosso objetivo na época.

Quero dizer que, naquela época, tínhamos um recurso maior do que é traduzido hoje, quando se tem os Subprefeitos como zeladores de uma determinada área. Os Subprefeitos que recebe toda a população, que tem a praça de atendimento – a qual construímos em 2001/2002. Para as praças de atendimento vão todos os problemas dos distritos que as compõem. Na hora de solucionar, o Subprefeito não tem o recurso para fazê-lo.

Naquela época, a Saúde e a Educação estavam ligadas diretamente aos Subprefeitos. Ele que dinamizava, questionava o que estivesse faltando. O Subprefeito atual,

além de não ter o recurso; além de ser só um zelador, faltam recursos para a zeladoria, então, ele não pode fazer a zeladoria. Não os culpo por isso. Não culpo nenhum deles que estão por aí.

Culpo a Administração porque ela tem de dar condições para que eles realizem o mínimo. O que o Buquerone tem de fazer é o que fazíamos na época. Tinha poucos recursos, mas éramos obrigados a bater de Secretaria em Secretaria pedindo, pelo amor de qualquer coisa, para ser solucionado um problema na nossa região.

Estamos questionando o orçamento porque precisamos dar condições das Subprefeituras dinamizarem naquilo que eles sabem, porque os Subprefeitos recebem todos os problemas e têm condições de solucioná-los. Têm condições de selecionar os problemas prioritários na comunidade ou distrito que ele administra.

Precisamos fortalecer as Subprefeituras para que tenham condições de solucionar vários problemas. A Saúde e a Educação têm verbas carimbadas, estão as aumentando, mas são verbas que já estão destinadas.

A Comissão de Finanças decidiu que vão ter 20 audiências públicas, sendo 5 nas regiões, 2 gerais e 13 temáticas. As temáticas terão a presença dos Secretários, e a população também tem de estar presente. A população tem de vir aqui falar, mas também deve falar nas temáticas, porque a Comissão de Finanças montará um relatório e vai colocar nas emendas possíveis para o orçamento. É isso que a população precisa fazer.

Quero dizer, Buquerone, o quanto tenho certeza de quando você falou “não” sobre... não lembro mais o que ele falou, mas, imagine, se o que ele falou estivesse vinculado a ele e fosse prioridade, ele solucionaria o problema.

Estamos preocupados com o orçamento. Todo esse acompanhamento do orçamento tem de constar do plano. Se você monta um plano de governo, as ações determinadas para esse plano têm de ser montadas junto com a comunidade, a população. É isso que vai dinamizar uma eleição e é com isso que têm de estar preocupados.

Então, o orçamento tem, sim, de ser balizado nessas condições: da necessidade da população. O orçamento do Município vai de ter prever um melhor recurso para as soluções dos problemas diretos das Subprefeituras, precisamos priorizar isso.

Tenho um pensamento que vem do meu eleitorado – sou Diretor do Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo -, que são os trabalhadores: não podemos permitir nesta Cidade que não haja uma análise dos distritos das Subprefeituras, porque cinco Subprefeituras detém 62% dos empregos. Cinco!

Então, toda pessoa que acorda em Parelheiros ou em Cidade Tiradentes pensa que tem de acordar 4 horas da manhã para vir para as regiões centrais, que são as Subprefeituras centrais. Temos de descentralizar esta Cidade. Para isso, temos de ter um pensamento e uma estrutura de governo.

Um Subprefeitura – não vou nem falar da Sé – se pegarmos Cidade Tiradentes, tem mais de 400 mil habitantes. Isso é mais do que uma grande cidade deste Estado, administrada com recursos para desenvolver aquela cidade.

As Subprefeituras são zeladorias, não têm condições de se desenvolver. Precisam ter planos de governo para se desenvolver e para criar o que chamamos de ‘descentralizar a riqueza’. Não é descentralizar só o dinheiro, mas, sim, descentralizar o emprego, a saúde, a educação, o transporte. É fazer com que o emprego fique lá perto do trabalhador.

Então, Francisco Chagas, é isso que tem de ser analisado.

Se a Sé precisa de mais ou se Cidade Tiradentes precisa de mais, tem de haver uma estrutura de desenvolvimento para pensarmos uma São Paulo para o futuro e não uma São Paulo precária em toda a sua região de periferia e centralize os empregos na Sé, Vila Mariana, Lapa, Pinheiros e outras regiões.

É isso o que pensamos sobre o orçamento e gostaríamos que a população desenvolvesse essa proposta e, por isso, viemos apresentar nossas ideias. Não deixe de participar das 13 reuniões temáticas que começam a partir de amanhã.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado, Vereador Claudio Prado.

Antes de passar a palavra para o Buquerone, Subprefeito da Sé, quero comungar da opinião do Vereador Claudio Prado e dizer, fundamentalmente, o seguinte: nos preocupamos com a questão da mobilidade na Cidade, mas ela não terá solução sem o desenvolvimento local. Não adianta pensarmos em metrô, monotrilho, corredor de ônibus, quer dizer, ajuda, mas não vai resolver os problemas, se não pensarmos em desenvolvimento local ou regional.

Só para termos uma ideia: a cidade de São Paulo tem 11 milhões de habitantes, sendo que 70% desses mora fora da região central e trabalha na região central. Setenta por cento dos cidadãos da cidade de São Paulo mora fora da região do centro expandido e trabalha aqui. Portanto, não tem saída. Podemos fazer ônibus, corredores, metrô, monotrilho, tudo isso ajuda.

Sou morador da zona Leste, que tem 3 milhões e 800 mil pessoas morando lá, onde tem 8% dos empregos. Assim, as pessoas têm de sair da zona Leste para vir para o centro expandido e para outras regiões. Enquanto esse problema não for compreendido e assumido, não tem solução. Não teremos mobilidade. Não vamos andar: a economia não anda, o meio ambiente fica deteriorado, as pessoas sofrem mais, e a qualidade de vida fica prejudicada.

A observação que devo fazer é que esse orçamento não pensa nisso. Precisamos deixar claro.

Não quero fazer uma crítica específica a esse orçamento que estamos discutindo, mas esse orçamento não está pensando isso, porque se pensasse isso, pensaria fundamentalmente em desenvolvimento local, o que significa investir em algumas áreas que podem trazer, vamos dizer assim, emprego e renda para a população que está naquela região. Sem isso não teremos mobilidade, qualidade de vida e criaremos uma situação ruim para a

Saúde, além de não resolvermos o problema do meio ambiente e criarmos um trauma para a economia da Cidade. Não tem jeito. Isso é em qualquer lugar do mundo.

Então não vamos resolver isso com esse orçamento. Não sou hipócrita e nem leviano para dizer que vamos resolver, mas temos de ter um planejamento de fato e o orçamento tem que corresponder a isso, porque desde 2005 esta Cidade acabou com o orçamento das subprefeituras, e isso significa que não investe na gestão local, porque Educação e Saúde, por exemplo, são locais.

O mesmo acontece com o Estado. O Estado é uma abstração jurídica política. O que funciona é o Município, e numa Cidade como a nossa muito mais. O que funciona ou deveria funcionar é o distrito, o poder local. Do ponto de vista do meio ambiente, nós temos um plano de gestão desde 2002. A lei 12.305 do ano passado, estabelece uma normativa que obriga, não só o Poder Executivo Municipal ou Estadual a cumprir regras administrativas. Não é assim. Ele tem dois anos para se adaptar ou vai ser preso. Não é mais um problema administrativo em que a pessoa vai ser processada. Não. Vai para a cadeia. Essa é uma diferença brutal, mas isso só vai acontecer se houver gestão e investimento local.

O subprefeito da região é um gestor local. Ele vai fazer gestão daquilo que for estabelecido legalmente, institucionalmente. Ou seja, ele vai fazer aquilo que a lei determinar. Aquilo que a Câmara Municipal e a proposta orçamentária determinarem. E o que está propondo o Poder Municipal e a gestão local não é a descentralização. É a centralização dos recursos e com isso o subprefeito é, no máximo, um zelador. Perde o poder de subprefeito do ponto de vista do papel que ele tem na gestão da Educação, dos recursos, da infraestrutura, etc. e tal. Ele é um zelador.

E o diabo, Buqueroni, é que as pessoas esperam de você aquilo que você não pode fazer. Não pode porque não tem recursos para isso. Vamos ser sinceros e honestos com isso. Não tem porque aquilo que pensamos e definimos, enquanto descentralização, foi recentralizado. Você não manda na Educação, na Saúde, na infraestrutura e tem um recurso

pequenininho para fazer a manutenção. Ou você tem mais do que eu sei? Tenho certeza que não tem.

Aliás, você tem mais, porque algumas áreas importantes foram retiradas pela proposta orçamentária, ou seja, as periferias perderam, em termos de recursos de gestão, para outras regiões centrais, mas essa é uma decisão política. Não é uma decisão administrativa. Se o subprefeito tiver cem, ele vai trabalhar com cem; se ele tiver cinquenta, é cinquenta; se tiver dez, é dez. Não adianta. Estamos falando de decisão política, Prado. É disso que estamos falando.

Em minha opinião, esta audiência pública é importante e deveríamos fazer muitas outras por uma razão - e não sou hipócrita e nem quero trazer falsa expectativa para ninguém - para termos conhecimento do que estamos tratando. Por exemplo, vocês sabem qual é o grande papel do orçamento participativo? Não é que o cidadão vai ter um poder de decisão maior do que ele imagina. Não vai. Na época em que isso foi inventado na cidade de São Paulo, havia 2% para definir. As pessoas acham que 2% é brincadeira, mas mais importante do que 2% é saber o que você está fazendo, porque o cidadão que participa da decisão de 2%, ou que seja 0,2%, ele se apropria de um conhecimento que ele não tinha.

Por exemplo, quanto é 2% de 9 ou 15 bilhões? E quanto é 2% de 38 bilhões, o orçamento do ano que vem? É pouco? Pela demanda que temos pode ser que seja pouco, mas não é pouco. Essa é a grande questão que estamos discutindo. Não quero saber se são dois, dez ou vinte, se a participação popular é definida por meio. Não. O mais importante na democracia é a apropriação, pelo cidadão, do direito e da compreensão daquilo que ele paga. Tudo isso nós pagamos. Já que pagamos, por que não decidimos para onde vai? Esse é o problema. O resto é conversa fiada.

Criamos a democracia representativa. E se a democracia é representativa, é concedido a mim, ao Prado e a mais 54 Vereadores tomarem essa decisão, mas o que é bacana é que a gente possa ouvir o máximo de cidadãos. E esses cidadãos podem dizer: essa

proposta do Executivo é bacana, mas pode ser diferente, nós podemos mudar. Podemos colocar mais dinheiro na Sé, em São Mateus ou em Pirituba. Isso é se apropriar e se essa não for a coisa mais importante na discussão orçamentária, não passamos de um monte de gente conversando sobre ilusões. Não passamos de pessoas sentadas como se fosse uma sessão de psicoterapia, numa catarse psicanalítica.

Se o cidadão não puder, efetivamente, se posicionar e acreditar que isso vai mudar, isso é uma sessão de psicanálise, em que todos vão sair daqui mais ou menos satisfeitos, por botar para fora os demônios que temos, mas essa não é a questão. A questão é a decisão orçamentária, que é tudo o que pagamos e que o governo que elegemos, seja ele de qualquer configuração que seja, vai ter de aplicar. Não tem coisa mais importante do que isso.

O que lamento, Prado e Subprefeito, é que numa reunião central tenhamos tão pouca gente, mas tudo bem, não vou cortar os pulsos, fazer a catarse, mas esse é um fato concreto. A coisa mais importante da Cidade é a decisão do orçamento.

O Subprefeito é Executivo e é responsável, fundamentalmente, pela execução daquilo que for definido para ele, na área de abrangência dele. Não vamos colocar mais cabelos brancos do que ele tem. Não. Vamos ser francos, nós temos “X”, para o ano que vem a proposta é de 38 bilhões, quando o meu partido no governo desta Cidade tinha nove bilhões. Hoje, temos 38 bilhões nos cofres do Município, não é a minha avaliação, mas a avaliação de quem governou a Cidade. Isso não é pouca coisa. É muita coisa. E o que me deixa preocupado é o número pequeno de pessoas para decidir um orçamento de 38 bilhões.

Tenho de fazer esse registro, porque não acredito que tenha coisa mais importante do que a decisão sobre esses 38 bilhões, porque esse valor foi arrecadado de todos os 11 milhões de paulistanos que moram e contribuem com a cidade de São Paulo. Só que eu e o Prado fazemos parte dos 55 que decidem, olhem a responsabilidade. E é claro que esta audiência pública, pela nossa regra institucional, significa ouvirmos o que os cidadãos estão pensando sobre isso.

Lamento sinceramente que tão pouca gente venha aqui dizer o que pretende, e indicar para nós o que fazer com os 38 bilhões que teremos de aprovar, ou não aprovar, até dezembro deste ano para realizarmos no próximo ano. Esta audiência pública é importante por isso, não só para que todos vocês falem o que se deva fazer, mais importante do que isso é saber que os 11 milhões de habitantes da Cidade nos conferiram o direito de decidir, mas nós estamos trazendo para os cidadãos o direito de nos dizer como devemos indicar. É isso.

Agora, fico feliz de qualquer forma, pelo fato de que a Câmara Municipal de São Paulo ampliou. Antigamente, eram duas audiências da Câmara, uma de entrada e outra de saída e agora temos as audiências regionais, temáticas e vamos ouvir o máximo possível. Então esse é o problema, melhor se tivesse o “P” (?). Acredito de coração que vamos retomar o “P”.

Esse não é um problema de fustigação, é um problema de democracia. Só isso. Democracia se constrói por dois vieses, em minha opinião, primeiro por aquilo que resolvemos que é democrático, pela representação, nem eu e nem o Prado estamos abdicando do nosso direito de decidir. Nós vamos decidir, mas eu e o Prado - tenho certeza - se me permite, Prado, vou falar em nosso nome, nós queremos ouvir muita gente e quanto mais gente a gente ouvir, mais possibilidades de acertar nós teremos. Entenderam o que eu quero dizer? Infelizmente tem pouca gente, está certo? Mas nós queremos ouvir o máximo que nós pudermos porque, quanto mais gente a gente ouvir, mais possibilidade de acertar nós teremos. Esse é o princípio da democracia. Isso é o princípio da democracia representativa adequado à democracia participativa.

Então, desculpe, eu acabei falando um pouquinho antes do senhor, mas vou passar a palavra para o senhor, para o senhor falar ainda sobre o aspecto local. Obrigado.

O SR. NEVORAL ALVES BUCHERONI - Obrigado. Vereador, o Executivo eu vejo da seguinte forma. Eu fui diretor de finanças da Polícia Militar durante quatro anos, orçamento para o Estado inteiro. Quando o Executivo encaminha para a Câmara Municipal o modelo de

execução orçamentária, como o senhor falou, dando para a subprefeitura isso, tirando da Saúde, para a Saúde. Eu sou militar, sou cumpridor de ordens. Quando a Câmara aprova o orçamento eu acho que a Câmara está de acordo com o modelo que foi encaminhado. Se um dia a Câmara achar que o modelo encaminhado não é correto, cabe à Câmara mudar o modelo orçamentário. Então é assim que eu penso.

Vamos começar um pouquinho do fim e falar do Sr. Laércio Brasil, sobre calçadas. Quando eu fiz assim, o recurso de calçadas não está na subprefeitura, ele está na Secretaria da Coordenação das Subprefeituras. A gente recebe bastante recurso de calçadas de emendas de vereadores. Os vereadores fazem emendas destinando recursos para a gente reformar as calçadas.

Por exemplo, este ano a calçada da Brigadeiro Luís Antônio foi licitada uma vez, deu problema na licitação, está sendo licitada de novo. A da Consolação está prevista para abrir em janeiro. A Liberdade foi feita. Treze de Maio foi feita. A José Paulino foi feita uma parte, mas a Eletropaulo entrou com uma intervenção, nós estamos aguardando terminar a intervenção da Eletropaulo para depois entrar. A Amaral Gurgel foi feita uma licitação, a empresa que ganhou estava fazendo um serviço não adequado, nós impugnamos a empresa e estamos licitando de novo. Então é assim, a gente faz. Tem outros trechos de calçadas pequenos que não me lembro agora, não dá para citar. Mas, então, o recurso da calçada geralmente... geralmente não. Ele fica na Secretaria das Subprefeituras, porque lá é que se faz o projeto de revitalização das calçadas da Cidade.

Nova Luz. Nova Luz é um projeto da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, então a Subprefeitura da Sé atua no projeto dentro da sua limitação e da sua capacidade. Mas é um projeto da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Eu não posso, como Subprefeito da Sé, interferir num projeto desse porte. Eu posso ajudar na execução do que for dentro da minha área de atribuição.

Segurança é um caos no Centro? Desculpe. Eu discordo do senhor. A segurança

no Centro não está um caos. A segurança vem melhorando muito. Na região da operação delegada a Polícia Militar entrou para combater o ambulante irregular. Pelos índices estatísticos da Secretaria de Segurança Urbana, foi de 75% a redução de assaltos, furtos, roubos etc. Então a gente não pode simplesmente dizer que a segurança no Centro está um caos. Eu ando sozinho à noite no Centro, saio da Prefeitura 20h30, 21h, vou até a Secretaria da Coordenação na Líbero Badaró, volto, vou para o Pátio do Colégio e não vejo problema nenhum.

Banheiros públicos. Todos os que nós fizemos no Centro - todos – foram depredados, todos; não sobrou nenhum. É difícil.

Vamos (ininteligível) do Sr. Francisco de Oliveira que fala sobre educação, o valor pequeno face às necessidades que ele entende que devem ser melhoradas. É um trabalho da Câmara Municipal. Tem que ver na Educação o que está sendo investido, o que está sendo destinado para a Educação.

Henrique Cássio, representante do Vereador Eliseu Gabriel que, diga-se de passagem, é um Vereador, como esses que estão aqui, que atuam muito, ajudam muito a comunidade e sempre nos dão a mão. Fala sobre iluminação pública. Existe um projeto da Prefeitura de trocar a iluminação de São Paulo. Isso vai sendo feito paulatinamente. Alto índice de criminalidade por causa da falta de iluminação. A gente sabe que onde a iluminação é deficitária existe de fato aumento da criminalidade. É por isso que existe um projeto que vai privilegiando os locais que têm maior dificuldade.

Instalação do CEU na região central: Secretaria de Educação. Habitação de interesse social para cortiços: Secretaria de Habitação, que a Câmara pode verificar com a Secretaria de Habitação o que está sendo feito.

Recurso para tratamento de dependentes químicos: a Secretaria da Vice-Prefeita Alda Marco Antônio tem feito um trabalho excepcional. Inauguramos no último um ano e meio mais de 30 equipamentos de acolhida de moradores de rua com local para comer, para conversar, para ver televisão, para jogar, para tomar banho, para limpar, consertar as suas

roupas e assim por diante. O duro é você conscientizar o morador de rua a ir para dentro do estabelecimento que a gente tem. Às vezes ele vai, mas depois ele sai, fica lá algum tempo e vai embora. Então é um trabalho que está sendo feito diuturnamente com a Assistência Social, com médicos. Nós temos vários equipamentos de tratamento de pessoas deficientes... com problema de drogas, usuários de drogas. Só que na realidade a gente não consegue nem completar as vagas que nós temos. Por quê? Porque eles vão para o local, quando vão, depois eles querem voltar e não tem como segurar. Nós não temos uma lei que permita que a gente tire ele compulsoriamente da rua. Nós não temos uma lei que permita que a gente faça um tratamento e que não deixe ele sair. Por quê? Porque a Constituição diz do direito de ir e vir, que eu concordo plenamente, e nós não podemos tirá-lo da rua compulsoriamente, senão a gente acaba sendo chamado de higienista. Então a gente tenta convencer o morador de rua, o usuário de drogas.

Eu encontrei, há um mês e meio, um garoto lá na Duque de Caxias, que eu olhei para ele e vi como se estivesse vendo meu filho, uma idade parecida, com 25 anos, próximo disso; um garoto ainda bonito, não deteriorado pela droga, ainda consciente. Aí eu chamei ele e falei: “Vem cá, você quer que ajuda? Você está precisando de alguma coisa?” Ele falou para mim assim: “O senhor é polícia?” Eu falei: “Não, eu não sou policial” “O que eu preciso é de dois reais, um para tomar uma pinga e um pra comprar uma pedra de *crack*.”

Agora aproveitando que eu vi um senhor que falou que mora há 39 anos no Centro, eu moro há 62.

Então eu falei para ele: “Mas você é um garoto jovem, bem apessoado, inteligente. Você não quer ajuda para fazer alguma coisa? Não quer que eu te leve para um tratamento?” Ele falou assim: “Tio, de repente até quero, mas o senhor garante que depois de 3 ou 4 dias, quando eu tiver uma crise de abstinência” – quer dizer, ele não era um camarada ignorante –, “alguém vai me segurar lá? Sabe o que vai acontecer? Eu vou sofrer, vou ter um problema físico grande, vou sofrer muito com a abstinência, aí vou vir embora, vou voltar para cá e vou

perder meu ponto”.

Então a quem cabe permitir que a gente retire ele, leve para um médico, que o médico faça um atestado dizendo que ele precisa de um tratamento, leve para um promotor, o promotor autorize, a gente faz o tratamento e depois encaminha ele para um trabalho? Então é difícil a gente simplesmente achar que a Prefeitura não está fazendo nada, que ninguém faz nada.

- Fala fora do microfone.

O SR. - Lógico, eu sei disso. E sou Subprefeito da Sé há dois anos. Eu sei exatamente tudo que acontece na região porque eu trabalho doze horas por dia. Eu não sou omissos em absolutamente nada.

Enchentes no Vale do Anhangabaú. Existe um projeto de dois piscinões, de refazer a galeria do Vale do Anhangabaú. Desculpe, meu amigo que diz que mora há 39 anos. Qual é o nome do senhor?

- Fala fora do microfone.

O SR. - Francisco de Chagas Machado, uma das pessoas que acompanha a gente nas audiências, está sempre lutando pela melhoria das condições de vida. Eu o respeito muito, mas, por exemplo, vamos falar da galeria da Nove de Julho. Eu tenho 62 anos. Quando eu tinha sete, eu ia na casa da minha tia que morava na Rua Paim, atrás do Teatro Maria Della Costa, olhava para baixo, era tudo mato, campo de futebol. A galeria que estava lá naquela época é a mesma que está hoje, não mudou. O Prefeito fez um projeto enorme, um projeto arrojado para fazer dois piscinões, um na Praça 14 Bis, um na Praça das Bandeiras, e refazer toda a galeria. Porém tecnicamente foi dito que isso talvez não resolvesse o problema, porque o problema é que, quando enche o Tietê, enche o Tamanduateí. Então está se fazendo um novo projeto para simplesmente desviar essa água da galeria. E o projeto é arrojado, uma coisa que está sendo feita.

A gente trabalha em obras de infraestrutura na Cidade o tempo todo. A

Subprefeitura da Sé não tem recurso para fazer obra de infraestrutura, mas a gente aciona a Siurb e a Siurb faz a obra. São recursos que não estão na nossa mão, mas que são usados na nossa área. Então a gente tem como acionar algumas outras coisas fora do nosso orçamento. O nosso orçamento de fato é um orçamento de zeladoria, mas se eu precisar de uma obra de infraestrutura eu tenho, eu consigo. Se eu precisar melhorar uma AMA, revitalizar, eu consigo também.

Dora Lima, nossa companheira desde o primeiro dia que eu cheguei na Sé que vem lutando, batalhando, ajudando, sugerindo. Enquanto tiver você, o nosso querido amigo, o outro rapaz e assim por diante, a gente vai para frente. O dia que vocês saírem, como o Vereador falou, acabou. A gente vem aqui e acabou, não precisava mais nada.

A gente podia fazer... Eu me proponho a fazer uma conversa com a comunidade, quando quiser, sobre o orçamento de cada distrito. Não tem problema nenhum. Em Pinheiros eu fazia isso. Eu tinha quatro distritos em Pinheiros e a gente instituiu lá uma ação que chamava-se Converse com a Subprefeitura, todo mês. A primeira quarta-feira do mês era o distrito A, na segunda quarta-feira do mês era o B, na terceira era o C, na quarta era o D. A gente conversava isso. Se a comunidade quiser eu estou à disposição, não tem problema nenhum. Eu não tenho nada a esconder, absolutamente nada.

Ecopontos. Quando eu cheguei na Sé tinha um. O Prefeito falou para mim assim: “Sua meta, um ecoponto em cada subdistrito”. Eu já tenho seis e faltam só dois. Nós já estamos com praticamente os oito programados. Ecoponto resolve o problema? Ajuda, mas não resolve, porque nós temos 2,5 milhões de pessoas passando pelo Centro diariamente. Se forem 2,2 milhões de pessoas decentes, ordeiras, que não fazem sujeira, e só tiver 300 mil por dia, imagine a bagunça que vira. Então eu troco, em média, 350 lixeiras por mês, depredadas, destruídas, 350 por mês.

Audiências temáticas eu acho muito importante, como falaram os nossos dois vereadores aqui.

Flávio Siqueira, manutenção de piscinões. Nós temos um piscinão só na região da Sub-Sé, que é o piscinão do Pacaembu. A gente pode dizer que ele se autolimpa. É um piscinão de concreto que fica na Praça Charles Miller. E por que ele se autolimpa? Não precisa fazer muita coisa nele. Porque, quando chove forte, a chuva acaba levando o que está parado nele embora. Ela enche e depois leva embora, então a gente não tem muita dificuldade com aquele piscinão. Cada vez que a gente abre é para fazer alguma manutenção. Então a gente prevê assim: um ano faz uma manutenção, outro ano não precisa fazer, porque não é um piscinão daqueles que enche de sujeira e fica cheio de lodo. Simplesmente, como tem uma descida muito forte que vem lá de cima do Pacaembu, ele acaba se autolimpando, então a gente não tem dificuldade nenhuma. Toda vez que a gente abre o piscinão do Pacaembu, normalmente ele está limpo.

Habitação, verbas, é Sehab. É lógico, a gente interfere em algumas coisas. Nós temos um supervisor de habitação na Sé, que está até sentado ali, que quando ele tem dificuldade, tem pessoas no cortiço, ele encaminha para a Secretaria de Habitação, a Secretaria de Habitação destina essas pessoas. Eu fui responsável pela retirada da favela do Jardim Edite quando eu estava em Pinheiros. Todo mundo sabe onde é a favela do Jardim Edite? É na esquina da Roberto Marinho com Berrini. A gente falava com o Gerônimo, que era o líder da comunidade: “Pode sair que nós vamos trazer um lugar decente para vocês morarem”. Vocês já passaram lá na Berrini com a Roberto Marinho? Termina no ano que vem. São três prédios, um projeto maravilhoso, com jardim, parque.

Esse pessoal que saiu, não é que a gente tocou da favela, sai, vai embora. Não. A gente pega, a Secretaria de Habitação faz um trabalho, conversa com todos eles, vê onde eles pretendem ficar até que a obra seja concluída. Se eles quiserem ir para algum lugar que a gente indica, a gente faz a mudança com o caminhão da Prefeitura. Se eles quiserem um recurso para ir para outro lugar, para comprar, para dar entrada numa casa, a Prefeitura dá o recurso para eles e é um recurso bastante razoável. Ou seja, ninguém tira da favela assim: sai.

Não é isso. A dificuldade que nós tivemos na favela eram os traficantes que ficavam ameaçando as pessoas, para as pessoas não saírem. Tinha gente que ia comprar droga na favela, que vinha de fora. Aquele ambiente era bom para os traficantes. Às vezes eu recebia ligação sábado de manhã, domingo de manhã, que tinha uma relação da entrada da favela assim: “Nós vamos matar o motorista do trator, o Ricardo da Sehab, o Alonso da Sehab”. Era um jeito de eles tentarem amedrontar a gente. A gente foi e retirou. Hoje eles vão votar para aquele lugar que até eu moraria tranquilamente. Imaginem morar na esquina da Berrini com a Roberto Marinho. Passe lá um dia e olhe os prédios, são três prédios, dois de 18 andares e um um pouco mais baixo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado, Coronel. Vamos fechando.

O SR. NEVORAL ALVES BUCHERONI – Só mais duas coisas. Eu também gosto de falar, Vereador. É que eu recebo as pessoas na Subprefeitura e estou aberto a conversa, críticas, sugestões. Se falar: “Você está fazendo uma porcaria ali”, eu vou lá ver, vamos tentar melhorar. Eu não sou melhor que ninguém, sou igual a todo mundo, às vezes até com menos capacidade do que muita gente.

O André de Campos falou sobre recurso de saúde, educação, SMADs, Obras e a gente já discutiu esse assunto.

Quero agradecer a todos os Vereadores, a todos que estão aqui. A gente olha, são sempre os mesmos, mas vamos para frente que vamos cada vez melhorar mais, nós, Executivo, Legislativo, vocês e toda a comunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado, Bucheroni. Obrigado ao Vereador Prado. Agradeço Muito aos técnicos da Comissão de Finanças, a minha assessoria e a todos os presentes. Como disse o Subprefeito, nós somos sempre os mesmos, mas somos muito persistentes. Obrigado.

Estão encerrados os nossos trabalhos.